



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 104 - SMCL-DGC

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO

| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003.000230/2025-13 | | |
|---|---|--------------------------------------|
| Unidade Orçamentária: Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI | Cadastro: 10079096 | |
| Nome do requisitante: André Henrique da Silva Santos | Setor/Departamento: Departamento de Qualidade e Governança em TI - DQG | Data do Pedido: 16/12/2025 |

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **aquisição de equipamentos de tecnologia da informação (Nobreak Senoidal, Tablet e outros), visando atender às necessidades operacionais da Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

| ITEM | CATMAT | ESPECIFICAÇÃO | UND. | QTD. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|--|--------|--|---------|------|--------------------------|----------------------|
| COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA | | | | | | |
| 1 | 260266 | Nobreak Senoidal Tensão de entrada: 115/127/220V; Tensão de saída: 115V; Potência nominal: entre 1.400 VA e 1.500 VA; Fator de potência: ≥ 0,65; Tipo de onda: Onda Senoidal Pura; Tomadas: mínimo de 05 (cinco) tomadas padrão NBR 14136; Autonomia mínima: entre 10 (dez) e 20 (vinte) minutos em plena carga; Demais características: proteção contra sobrecarga, subtensão, sobretensão e curto-circuito; Gabinete metálico, ventilação forçada e indicadores visuais de funcionamento. Garantia on site pela fabricante, nas dependências da contratante pelo período mínimo de 12 (Doze) meses. | unidade | 40 | R\$ 2.049,96 | R\$ 81.998,40 |
| COTA DE ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS | | | | | | |
| | | Nobreak Senoidal | | | | |

| | | | | | | |
|--|--------|--|---------|----|--------------|----------------------|
| 2 | 260266 | Tensão de entrada: 115/127/220V; Tensão de saída: 115V; Potência nominal: entre 1.400 VA e 1.500 VA; Fator de potência: ≥ 0,65; Tipo de onda: Onda Senoidal Pura; Tomadas: mínimo de 05 (cinco) tomadas padrão NBR 14136; Autonomia mínima: entre 10 (dez) e 20 (vinte) minutos em plena carga; Demais características: proteção contra sobrecarga, subtensão, sobretensão e curto-circuito; Gabinete metálico, ventilação forçada e indicadores visuais de funcionamento. Garantia on site pela fabricante, nas dependências da contratante pelo período mínimo de 12 (Doze) meses. | unidade | 11 | R\$ 2.049,96 | R\$ 22.549,56 |
| EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS PARTICIPAÇÃO | | | | | | |
| 3 | 473586 | Tablet Tela: superior a 10" com alta resolução; Memória RAM: mínimo de 8 GB ; Armazenamento interno: mínimo de 256 GB ; Processador: mínimo 8 núcleos (pontuação ≥ 9362 no site de benchmark www.cpubenchmark.net); Sistema operacional: Android 13 ou superior ; Câmeras: frontal superior a 8 MP e traseira superior a 8 MP; Proteção: Resistência a água e poeira, certificação mínima IP68 ; Caneta capacitiva com sensor de pressão: obrigatória , da mesma marca do equipamento ou compatível tecnicamente; Conectividade: Wi-Fi, 5G e Bluetooth; Capa protetora inclusa. Garantia mínima de 12 meses pelo fabricante; | unidade | 13 | R\$ 5.481,78 | R\$ 71.263,14 |
| 4 | 234391 | Webcam 4k Resolução mínima: 4K (3840 x 2160); Foco automático (autofoco); Conexão USB plug and play; Compatibilidade com os principais sistemas operacionais; Suporte de fixação ajustável e base estável. Microfone com cancelamento de ruído: exigido; Rotação 360°: não exigida. Garantia mínima de 12 meses pelo fabricante; | unidade | 14 | R\$ 1.514,34 | R\$ 21.200,76 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ R\$ 197.011,86 (Cento e noventa e sete mil, onze reais e oitenta e seis centavos). | | | | | | |

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO: A referida contratação é considerada **BEM COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. Prazo de entrega: trata-se de entrega imediata. O prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos, após entrega da nota de empenho. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

1.4. Esta licitação destina - se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será

processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 003.000230/2025-13**, visa motivar a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.1. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência de Bens e Serviço 24 - id (0341026) elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

2.1.2. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

2.2. Da justificativa da SMTI

A necessidade da presente contratação decorre da demanda crescente por infraestrutura tecnológica confiável, segura e eficiente no âmbito da Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI, unidade responsável por prover e manter os sistemas corporativos e os serviços digitais da Prefeitura do Município de Porto Velho.

O problema a ser solucionado é a insuficiência e obsolescência dos equipamentos atualmente em uso, que têm comprometido a estabilidade operacional, a segurança da informação e a produtividade das equipes técnicas e administrativas. Foram identificados postos de trabalho e setores críticos sem proteção elétrica adequada, além de carência de dispositivos de videoconferência e mobilidade, dificultando o desempenho de atividades essenciais, especialmente em um contexto de transformação digital e de crescente uso de ferramentas remotas.

A aquisição de nobreaks senoidais, tablets e webcams com autofoco é, portanto, indispensável para garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos, assegurando:

-proteção dos equipamentos e dos dados institucionais contra falhas de energia e quedas abruptas de tensão;

-melhor mobilidade e agilidade operacional para gestores e equipes de campo que necessitam atuar de forma remota;

-comunicação institucional aprimorada, com melhor qualidade de áudio e vídeo nas reuniões intersetoriais e externas.

A contratação atende diretamente ao interesse público, pois contribui para a modernização e fortalecimento da infraestrutura de tecnologia da informação do Município, assegurando maior confiabilidade na execução dos serviços, redução de interrupções operacionais, otimização dos recursos humanos e materiais e melhoria na prestação dos serviços à população.

Além disso, a iniciativa está alinhada ao Planejamento Estratégico Municipal de Transformação Digital 2025-2027, e integra o Plano de Modernização e Ampliação da Infraestrutura Tecnológica da SMTI, previsto no art. 8º do Decreto Municipal nº 18.892/2023, que regulamenta o planejamento das contratações públicas municipais.

Dessa forma, a contratação proposta é necessária, justificada e tempestiva, configurando-se como ação essencial para a continuidade e aprimoramento das atividades institucionais da Administração Municipal, com foco na eficiência, segurança e inovação tecnológica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme informações do Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução escolhida está definida no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP** id (0338531).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de Sustentabilidade

4.1.1. A contratação observará critérios de sustentabilidade, sempre que compatíveis com o objeto, priorizando equipamentos que atendam a padrões de eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental, em conformidade com a legislação ambiental vigente e boas práticas de compras públicas sustentáveis.

4.1.2. Sempre que possível, serão considerados equipamentos que possuam certificações reconhecidas de eficiência energética e que possibilitem descarte ambientalmente adequado ao final de sua vida útil.

4.2. Subcontratação

4.2.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo;

4.3. Alteração Subjetiva

4.3.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.4. Garantia do Fabricante, Manutenção e Assistência Técnica

4.4.1. Os equipamentos a serem adquiridos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, contemplando cobertura contra vícios de fabricação e defeitos de funcionamento.

4.4.2. A contratada deverá assegurar condições adequadas de manutenção e assistência técnica durante o período de garantia, de forma a garantir a continuidade operacional dos serviços administrativos e a proteção do erário.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento

5.1.1. Prazo de entrega: trata-se de entrega imediata. O prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos, após entrega da nota de empenho. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

5.1.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, preferencialmente em unidades administrativas situadas no Município, em dias úteis, no horário compreendido entre **08h e 14h**, ou em outro horário previamente acordado.

5.1.3. **Endereço da entrega:** Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI, Rua Dom Pedro II, 826 - Centro, CEP Nº. 76801-066;
Horário de entrega: das 08h às 14h;

5.1.4. Os materiais devem obedecer às características técnicas correspondentes aos elementos contidos nas especificações expressas;

5.1.5. Os materiais constantes deste termo ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências das Unidades Administrativas, e desde que exista o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão de Nota de Empenho.

5.2. Rotinas a serem cumpridas pela contratada

5.2.1. Recebimento da ordem de fornecimento;

5.2.2. Entrega dos equipamentos conforme especificações e prazos estabelecidos;

5.2.3. Apresentação de nota fiscal e documentação técnica pertinente;

5.2.4. Atendimento às solicitações da fiscalização;

5.2.5. Correção de eventuais não conformidades identificadas no recebimento.

5.2.6. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, acessórios, manuais, cabos e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos bens fornecidos, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

5.2.7. Até o momento da entrega, a guarda e o armazenamento dos equipamentos serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser observadas condições adequadas que impeçam danos, avarias ou deterioração dos materiais.

5.3. Condições de recebimento

5.3.1. Realizada a entrega pela contratada, a Contratante, por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará o recebimento conforme a seguir:

a) Provisoriamente, em até 02 (dois) dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor responsável pelo Almoxarifado no verso da fatura/nota fiscal;

b) Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação por Comissão de Recebimento, designada pela autoridade competente, de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do material contratado.

5.3.2. Eventuais inconformidades deverão ser sanadas pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

5.3.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.3.2.4. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os produtos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4. A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste instrumento e seus anexos.

5.5. Todos os itens deverão ser entregues em embalagens individuais da mesma marca do fabricante e com selo hidrográfico, em perfeito estado de conservação, lacradas e adequadas para proteger o conteúdo contra a ação da luz, poeira e umidade e contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos.

5.6. Os itens deverão ser entregue de acordo com as especificações técnicas e demais disposições não sendo permitido à comissão receber os materiais fora das especificações pré-definidas, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceito pela Unidade Administrativa.

5.7. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos, se algum material constante na mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se meio eletrônico oficial para esse fim.

6.1.2. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2. Fiscalização Técnica

6.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.2.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II); Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.2.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.2.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.3. Fiscalização Administrativa

6.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

7.3. Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.8. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

7.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.10. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

7.11. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

7.12. Pagamento Antecipado

7.12.1. Não haverá pagamento antecipado, considerando a natureza do objeto e a inexistência de justificativa técnica que demonstre vantagem à Administração.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Critério de Seleção do Fornecedor

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.1.2. Critério de Julgamento da Proposta de Preços. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme inciso i, art. 33 da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

8.1.3. O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, consoante art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Exigências de Habilitação

8.2.1. As Exigências de Habilitação: Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos: 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Para fins de aferimento da qualificação, os licitantes interessados em participar do certame, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de **características similares** de complexidade operacional

equivalente ou superior ao **objeto desta contratação**, ou ao item/lote pertinente, qual seja, fornecimento de material/equipamentos de informática, devendo a comprovação se dar por meio da apresentação de Certidão, atestado de capacidade ou outros documentos idôneo capaz de comprovar que o licitante **possui a capacidade técnica necessária e suficiente para executar o objeto de forma satisfatória**.

8.3.2. Os documentos emitidos deverão ser por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

8.3.3. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei 4.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentre outros.

8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 e suas alterações:

8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios CONDICIONADAS AS NORMAS DA LEI 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, para fins de participação nesta Licitação, tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

a) ITEM/LOTE COM VALORES ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão EXCLUSIVOS para participação de empresas com porte de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, desde que atendam as exigências estabelecidas neste termo e no edital de licitação;

b) ITEM/LOTE COM VALORES acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será aplicada a **COTA RESERVA** – corresponde até 25% (vinte e cinco por cento) destinado à participação de **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS** e **COTA PRINCIPAL** destinados à participação para **AMPLA CONCORRÊNCIA**.

c) Na hipótese de não haver vencedor para a **cota reservada**, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da **cota principal** ou, diante de sua recusa, às **licitantes** remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

d) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: "Art.23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

9.2. Em conformidade com a pesquisa de preços, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL - Cotação (0593929) e Quadro Comparativo de Preços (0593940). O valor estimado para a contratação é de **R\$ 197.011,86 (Cento e noventa e sete mil, e onze reais e oitenta e seis centavos)**.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Das obrigações da CONTRATADA

10.1.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.2. Apresentar proposta de preço incluindo todos os gastos relativos a transporte, fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários;

10.1.3. Atender, durante o período de validade dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum produto com qualidade inapropriada ao consumo, não ocasionado pelo seu armazenamento;

10.1.4. Entregar os objetos em conformidade com o estabelecido neste Termo de

Referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos e todas as demais despesas necessárias;

10.1.5. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a sua verificação antes da assinatura do contrato;

10.1.6. Realizar o fornecimento dos produtos dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais.

10.1.7. Dar plena garantia sobre a qualidade dos produtos, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com as especificações detalhadas neste Termo de Referência;

10.1.8. Proceder à entrega dos produtos no prazo estabelecido deste termo de referência a partir da entrega/retirada da Nota de Empenho;

10.1.9. fornecer os equipamentos novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.10. cumprir os prazos de entrega estabelecidos pela Administração;

10.1.11. substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos de fabricação;

10.1.12. reparar, corrigir, remover ou substituir, no prazo fixado pela Administração, os equipamentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

10.1.13. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.14. arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;

10.1.15. manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.16. atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato;

10.1.17. disponibilizar canal de atendimento para suporte durante o período de garantia;

10.1.18. prestar garantia mínima exigida e assistência técnica conforme previsto no Termo de Referência;

10.1.19. observar as normas de segurança, transporte e acondicionamento dos equipamentos até a entrega definitiva;

10.1.20. indicar preposto responsável pela execução contratual e manter comunicação permanente com a Administração;

10.1.21. cumprir as exigências legais de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável;

10.1.22. responsabilizar-se integralmente pela logística, transporte e descarregamento dos equipamentos;

10.1.23. entregar manuais, cabos, acessórios e demais componentes necessários ao funcionamento dos equipamentos;

10.1.24. não transferir a terceiros as obrigações assumidas, salvo autorização expressa da Administração, quando legalmente cabível.

10.1.25. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.1.26. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem

contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

10.1.27. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.1.28. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos objetos solicitados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

10.2. Obrigações da contratante

10.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.2.2. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à execução do contrato;

10.2.3. Emitir as ordens de fornecimento com antecedência adequada;

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor designado;

10.2.5. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos;

10.2.6. Rejeitar, justificadamente, equipamentos entregues em desacordo com o Termo de Referência;

10.2.7. Efetuar o pagamento devido após a regular liquidação da despesa;

10.2.8. Comunicar formalmente à contratada eventuais falhas ou irregularidades verificadas;

10.2.9. Aplicar as sanções administrativas quando constatado descumprimento contratual;

10.2.10. Disponibilizar local adequado para recebimento dos equipamentos;

10.2.11. Atestar as notas fiscais após a verificação da conformidade do objeto;

10.2.12. Prestar esclarecimentos necessários à contratada para correta execução do contrato.

10.2.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021.

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

11.1. A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie prescrita pela Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.892/2023, e previstas no Edital e/ou contrato, às seguintes penalidades:

I – Advertência:

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do produto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 20% (vinte por cento).

b) No caso de atraso injustificado para substituição do produto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias.

c) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do produto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto.

d) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

III – Inadimplemento absoluto das obrigações sujeitas a contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado anos e máximo de 6 (seis) anos;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida.

c) Na hipótese da empresa recusar-se a formalizar o contrato no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se a inexecução total da obrigação assumida.

IV – Impedimento de licitar e contratar; art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com fulcro no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

11.2. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

11.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

11.4. Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.5. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

11.6. As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho-RO, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, seus anexos e demais cominações legais.

11.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e

subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

11.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

11.14. As infrações contratuais incorridas pelo contratado serão apuradas pela Administração mediante devido processo legal, garantindo-se o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme procedimentos previstos no Art. 96 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A Contratação decorrente da presente Licitação, ficará subordinada às normas da Lei nº 14.133/2021, art. 92, instrumentalizada por intermédio da **assinatura do Contrato**.

12.2. A contratação resultante do objeto deste termo de referência, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

12.3. Da Vigência

12.3.1. A vigência do contrato decorrente desta licitação será vinculada ao período de garantia efetivamente ofertado para os materiais, contado a partir da assinatura do contrato, devendo abranger integralmente os prazos de entrega, garantia e assistência, respeitado o limite de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Do reajuste

12.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, **Quadro Comparativo de Preços - id (0593940)**. Data-base, Porto Velho/RO, 02 de março de 2026.

12.4.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.4.9. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios, consignados no orçamento vigente da **Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI**, observando-se as classificações orçamentárias abaixo:

13.1.1. Unidade Orçamentária: Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI

ID PCA: 2025.08.5100.0356.2.844.

13.1.2.2. Projeto / Atividade: 02.81.19.572.0356.2.844 - Modernizar as Soluções e Ativos de TI

13.1.2.3. Elemento de Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente;

13.1.2.4. Fonte de Recursos: 150000000000000000

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.2. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

14.4. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

14.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR é seus Anexos são partes integrantes do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 04 de março de 2026.

Responsável pela Elaboração:

THAYNARA ALVES DE LIMA PIRES

Assistente Administrativo, Cadastro nº. 278053

Responsável pela Revisão:

IÊDA JACIELI KOSTCZAKA

Gerente da Divisão de Análise de Processos - DIAP

ANDRÉ HENRIQUE SILVA SANTOS

Diretor de Departamento de Qualidade e Governança em TI - DQG

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Declaro estar ciente dos principais riscos dessa contratação e **AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** na forma legal, conforme competência prevista na Lei Complementar Municipal nº 648/2017 e demais alterações.

CEZAR EDUARDO DONDONI MARINI

Superintendente Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - id. (0338531)

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Graziela Genoveva Ketes, Assessor(a)**, em 05/03/2026, às 13:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Thaynara Alves De Lima Pires, Assistente**, em 09/03/2026, às 12:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Cezar Eduardo Dondoni Marini, Superintendente**, em 09/03/2026, às 12:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Henrique da Silva Santos, Diretor(a)**, em 09/03/2026, às 13:34, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Iêda Jacieli Kostczka, Gerente**, em 09/03/2026, às 13:37, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0603606** e o código CRC **39262F80**.

